

# IDEALISMO E CONSCIÊNCIA POLÍTICA EM TEORIA DA LITERATURA

Jaime Ginzburg\*

Para Nara Gehrke, Cláudia Perrone e  
Baltazar Schirmer

*Chegou um tempo em que não adianta mor-  
rer.*

*Chegou um tempo em que a vida é uma or-  
dem.*

*A vida apenas, sem mistificação.*

Carlos Drummond de Andrade, *Os ombros  
suportam o mundo*

**RESUMO:** Este trabalho examina livros utilizados no ensino de Teoria da Literatura em universidades, incluindo trabalhos de Afrânio Coutinho e Hênio Tavares, com o fim de observar como neles se expressa uma posição conservadora, adequada ao contexto histórico ditatorial em que foram escritos. Entende-se que é necessário superar o idealismo presente nesses livros, responsável pela sustentação de seu conservadorismo conceitual, e procurar o desenvolvimento de pensamento crítico, por meio de diferentes estratégias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria da literatura; ideologia; ensino.

---

\* Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

O atual estado da discussão em historiografia e literatura comparada no Brasil é caracterizado por um forte e múltiplo movimento de revisão dos parâmetros de sustentação do cânone. Esse movimento não pretende apenas mudar listas de autores e obras dos manuais de referência; bem mais do que isso, ele atinge os fundamentos da própria configuração do cânone. Um dos pressupostos dessa configuração é a noção de valor.

Sabemos hoje que estar ou não no cânone é resultado de um processo seletivo que se caracteriza pela legitimação de exclusões. Distinguir entre um bom autor e um mau autor, uma boa obra e uma má obra, é uma tarefa que não se apresenta mais hoje para os estudos literários brasileiros como se apresentava nos anos 70. Para definir um valor literário hoje, considerando a complexidade do campo de debates, é preciso ter clareza de critérios. O campo intelectual discute, como não podia discutir no passado, pontos de vista sobre a definição de critérios.

Existe um descompasso entre a pesquisa acadêmica em estudos literários e a situação do ensino universitário na área de Letras. Embora os últimos trinta anos tenham sido caracterizados por fortes discussões sobre paradigmas e modelos conceituais, os programas curriculares de Letras têm sido caracterizados de forma predominantemente conservadora, com poucas exceções.

Se por um lado as pesquisas mais corajosas têm procurado rever os fundamentos do cânone e discutir possibilidades de mudanças de paradigmas, por outro, as instâncias responsáveis pelo ensino de pós-graduação e graduação têm tido dificuldades e resistências quanto à articulação entre o cotidiano de sala de aula e a coragem das mudanças.

Eduardo Coutinho afirmou que se tem tornado imperativo resgatar produções culturais colocadas em segundo plano pela tradição (Coutinho, 1991: 72). Entre as exclusões convencionalmente operadas, o cânone brasileiro é marcado de modo geral pela ausência, por exemplo, do cordel, da tradição oral, dos registros indígenas. É im-

portante o esforço de grupos de pesquisadores em resgatar autores e obras que, por variadas circunstâncias históricas e ideológicas, deixaram de ser reconhecidos em seu tempo. Pesquisadores ligados ao feminismo, às etnias e a grupos sociais marginalizados têm procurado indicar lacunas e reverter critérios de valor consolidados.

A discussão envolve implicações em termos de política cultural, com relação à concepção de prioridades nas bases histórico-sociais de formação do país. De acordo com Bobby Chamberlain, a luta pela inclusão ou exclusão de um autor no cânone brasileiro é essencialmente ideológica. Os projetos de revisão historiográfica estão comprometidos com convicções estéticas e ideológicas (Chamberlain, 1993: 17). Ao examinar os critérios de inclusão e exclusão do cânone, teríamos de compreender por que em nosso cânone “há poucas mulheres, quase nenhum não-branco e muito provavelmente escassos membros dos segmentos menos favorecidos da pirâmide social” (Reis, 1992: 73).

Na medida em que entendemos os problemas de historiografia literária em perspectiva ideológica, temos de buscar as raízes dos esquemas conservadores que sustentam as conceituações responsáveis pela naturalização das exclusões. Os fundamentos teóricos que sustentam a historiografia tradicional, incluindo a noção de periodização, embora tenham comprovado rendimento, vêm a ser examinados não como inteiramente isentos ou objetivos, mas como servindo a valores determinados. Para Habermas, que se ocupa com a formulação de uma “condição de objetividade possível” na ciência, conhecimento e interesse estão essencialmente ligados: “[...] a mediação entre sujeito e objeto [...] constitui-se inicialmente por ação e obra do interesse. [...] a força do interesse penetra no núcleo lógico da pesquisa”. Sendo assim, a motivação subjetiva do conhecimento não seria um antípoda do esforço de objetividade, mas sua própria base. O conhecimento de um objeto depende das determinações do interesse em causa; cabe pensar isso no âmbito das interpretações literárias.

A idéia de Habermas nos provoca tanto a reler as obras de historiografia tradicional como a ler as críticas que ela recebe hoje como manifestações que podem expressar valores culturais, ideológicos e políticos, mais ou menos explícitos. Os debates referentes a linhas epistemológicas, opções teóricas, preferências conceituais dizem respeito à expectativa de reconhecimento de autoridade científica, e a interesses que se direcionam para o favorecimento de uma ou outra posição ideológica. Nessa perspectiva, os conhecimentos de Teoria da Literatura não podem ser encarados como ideologicamente neutros. A adoção de uma ou outra perspectiva teórica traz conseqüências importantes, pois estabelece critérios para definição de juízos de valor, articulados com processos seletivos excludentes e fundamentos da construção do conhecimento academicamente legitimado.

Na perspectiva de compreensão do cânone proposta por Bobby Chamberlain e Roberto Reis, e tendo em conta as proposições de Eduardo Coutinho a respeito das necessidades de mudança, é possível observar que os instrumentos utilizados pela comunidade acadêmica para estabelecer critérios de valor são responsáveis pelas operações distintivas que dão suporte aos estudos literários na escola e na universidade. O que é um bom livro? Quem é um bom autor? Quem merece ser lido, e de que maneira? Quais as conseqüências da leitura? Dependendo do modo como estudantes de Letras responderem a essas questões, poderemos ter diferentes resultados em seu trabalho investigativo.

Para a formação básica do investigador de literatura hoje, no ensino de graduação, um componente básico, sobre o qual temos necessidade de refletir, é a bibliografia apresentada como fundamental em Teoria da Literatura. Mais do que isso, a imagem de investigação literária proposta por essa bibliografia. É comum nos cursos de graduação em Letras encontrar disciplinas de introdução aos estudos literários nos períodos iniciais de formação. Frequentemente concebidas com títulos como Estudos Literários ou

Teoria da Literatura, essas disciplinas são justificadas como responsáveis pela preparação para os conhecimentos literários que um estudante deve desenvolver ao longo de seu curso, nas diferentes áreas de abrangência a que se dedicar, como literaturas estrangeiras modernas, literaturas de língua portuguesa e literaturas clássicas. Em 1990, José Luis Jobim publicou um importante artigo, expondo as dificuldades de definir, no âmbito acadêmico, o perfil adequado dessas disciplinas. Examinando dados sobre o assunto, Jobim explica as conexões profundas entre as bases sociais dos problemas de leitura e os problemas referentes ao funcionamento do ensino de Teoria da Literatura no nível universitário. Jobim explica a importância da reflexão teórica, em oposição aos enganos do senso comum (Jobim, 1990: 41).

A bibliografia corrente em cursos introdutórios, no Brasil, é pouco diversificada. Existem alguns manuais adotados como referências. Entre os textos de maior aceitação, encontram-se, em programas de diversas universidades, títulos como *Teoria da literatura* de Vitor Manuel Aguiar e Silva, *Teoria da literatura* de René Wellek e Austin Warren, *Notas de teoria literária* de Afrânio Coutinho, e *Teoria literária* de Hênio Tavares.<sup>1</sup> Além disso, são comuns as situações de adoção de textos sobre elementos estruturais da narrativa e da poesia lírica. É constante o emprego de textos sobre tempo narrativo, espaço narrativo, metrificacão e figuras de linguagem, entre outros.

Mesmo consideradas as exceções, observar como é comum no momento presente a aceitação desses textos como referências deve levar necessariamente a pensar nas implicações desse fato para a área de Letras. Esses livros se caracterizam por uma concepção ambiciosa. Como manuais que levam o nome de uma disci-

---

<sup>1</sup> A primeira edição do livro de Aguiar e Silva ocorreu em 1967. O livro de Wellek e Warren é de 1948. Coutinho publicou seu manual em 1976, e a primeira edição do livro de Tavares é de 1974.

plina na capa, suas pretensões são abrangentes, pois procuram contemplar um painel vasto de conhecimentos literários. A utilização desses manuais no ensino é legítima, desde que se acompanha de posição reflexiva consciente e crítica por parte do professor. Sem a disposição reflexiva, resta a assimilação passiva e submissa.

No caso da leitura passiva, ocorre uma distorção. Como esses manuais pretendem realizar uma sistematização de conjunto, optam por utilizar métodos considerados respeitados em termos científicos. Deve ser observado que procuram criar essa impressão com uma concepção de ciência fortemente idealista. Nos termos de Johannes Hessen, trata-se da “esfera das ciências formais ou ideais”, em que a concepção de conhecimento se detém na imanência do objeto (Hessen, 1980: 152-3).

O procedimento adotado pelos manuais é esquemático, com interesse em sistematizações capazes de abarcar, em um conjunto unificado, formulações consideradas fundamentais para a investigação literária. Os capítulos iniciais dos livros são dedicados à conceituação de literatura.

A adoção de um ou mais entre esses livros pode resultar, dependendo do grau de passividade ou de consciência crítica da abordagem do professor diante dos textos, em uma difusão de uma concepção extremamente distorcida das prioridades da investigação literária. A leitura desses livros leva a uma imagem do campo de investigação com heranças positivistas, articuladas com ideologias tecnicistas. Diante desses livros, é criada a impressão de que o universo da investigação literária é um universo distante dos conflitos humanos. As preocupações se restringem basicamente às nomeações e aos cálculos: devemos nomear corretamente um período literário, um gênero literário, um tipo de diegese, realizar os cálculos adequados na escansão de um poema, saber distinguir formas variadas de construção.

Embora no estado atual da pesquisa literária no Brasil seja fundamental discutir critérios de valor, para explicar por que um autor merece ou não reconhecimento, ainda estão sendo utilizados manuais de Teoria da Literatura que antecedem esse estado e que propõem teses cuja sustentação contraria os fundamentos básicos da legitimidade dos questionamentos expostos na bibliografia recente, e examinados em debates em congressos acadêmicos nos últimos anos.

Nos casos de Afrânio Coutinho e Hênio Tavares, interessa notar que seus manuais foram concebidos durante a ditadura militar, nos anos 70. Foi extremamente oportuna sua difusão, assim como o enorme impacto do estruturalismo. Segmentos do ambiente acadêmico tiveram um comportamento conservador adequado à opressão do sistema. Os manuais de Coutinho e Tavares expõem um distanciamento entre conflitos reais da sociedade e as prioridades dos estudos literários. É como se no universo da investigação literária estivessemos em um mundo sem conflitos, em que pobreza, guerrilhas e torturas não contam. É notável o contraste entre a concepção de investigação literária desses autores e a concepção proposta pelos pensadores da Escola de Frankfurt. Para estes, cuja produção estava em discussão no Brasil em certos setores da vida intelectual na década de 1970, a articulação entre teoria da literatura, crítica cultural e investigação histórico-política era fundamental.

A montagem esquemática dos manuais pode ser observada em seus índices. A pauta de Aguiar e Silva está centrada na periodização, que governa quatro capítulos. Em sua sétima edição revista, o manual de Aguiar e Silva traz os seguintes dez capítulos: "Os conceitos de literatura e literariedade"; "O sistema semiótico literário"; "A comunicação literária"; "Gêneros literários"; "A periodização literária"; "Maneirismo e barroco"; "Classicismo e neoclassicismo"; "Rococó, pré-romantismo e romantismo"; "O texto literário"; "O romance: história e sistema de um gênero literário". Como pecu-

liaridade do autor, chama a atenção seu interesse específico pelo romance, exposto no capítulo final.

Em Wellek e Warren, existe uma preocupação com a especificação do campo de atividade da disciplina denominada Teoria Literária. Além disso, a discussão de elementos estruturais se desdobra em vários capítulos, inclusive distinguindo o estudo de sons do estudo dos recursos semânticos. Na quarta edição, os 19 capítulos são assim listados: “Literatura e estudo da literatura”; “Natureza da literatura”; “A função da literatura”; “Teoria literária, criticismo literário e história literária”; “Literatura geral, literatura comparada e literatura nacional”; “A ordenação e a fixação dos testemunhos”; “Literatura e biografia”; “Literatura e psicologia”; “Literatura e sociedade”; “Literatura e idéias”; “Literatura e outras artes”; “O modo de existência de uma obra de arte literária”; “Eufonia, ritmo e metro”; “Estilo e estilística”; “Imagem, metáfora, símbolo, mito”; “Natureza e formas da ficção narrativa”; “Gêneros literários”; “Valoração”; “História literária”.

A sexta edição revista e atualizada do manual de Hênio Tavares tem nove capítulos, com várias divisões internas. Eles se denominam: “Introdução”; “Literatura”; “Estilos de época”; “Gêneros literários”; “Poética”; “Figuras e tropos”; “Estilo”; “Complementação”; “Antologia”. O oitavo capítulo inclui uma reflexão sobre folclore, que singulariza o manual com relação aos outros, pela entrada no campo da produção popular. A antologia final inclui textos portugueses e brasileiros, organizados de acordo com os estilos de época.

No livro de Afrânio Coutinho, com heranças do *New Criticism*, a ênfase não está nos períodos, como em Aguiar e Silva, mas nos gêneros, que ocupam mais da metade do livro. São apresentados nove capítulos: “Que é teoria literária”; “Que é literatura e como ensiná-la”; “Gêneros literários”; “Gênero de ficção”; “Gênero épico”; “Gênero lírico”; “Gênero dramático”; “Gêneros ensaísticos”; “Crítica literária”.



A ênfase de todos esses manuais está em uma concepção descritiva de conhecimento literário. Essa concepção está associada a algumas prerrogativas. Em primeiro lugar, vários capítulos são dedicados à classificação, tendo o ato de classificar um fim em si mesmo. Em todos os manuais citados há um capítulo chamado "Gêneros literários", que contempla diferentes modos de classificar as formas literárias. Nesse aspecto existem tanto heranças clássicas, que remontam a Platão e Aristóteles, como um legado da *Estética* de Hegel, cujas categorias são articuladas por esses manuais de variados modos. Em segundo lugar, há uma deliberada ênfase no estudo intrínseco das obras. O manual de Wellek e Warren estabelece uma distinção entre "demanda extrínseca", que corresponde a seus capítulos VII a XI, e "estudo intrínseco", nos capítulos XII a XIX.

Dentro do "estudo intrínseco", Wellek e Warren incluíram a noção de "valoração". Amparados em uma leitura de Kant, os autores propõem o seguinte:

Os teóricos nossos contemporâneos concordam em que a experiência estética é uma percepção de qualidade intrinsecamente agradável e interessante, que oferece um valor final e serve de amostra e de pré-degustação de outros valores finais. [...] A experiência estética é uma forma de contemplação, uma atenção amorosa a qualidades e a estruturas qualitativas. (Weller & Warren, s. d.: 301)

Wellek e Warren dedicaram um dos capítulos da parte referente à "demanda extrínseca" ao tema das relações entre literatura e sociedade. Depois de comentar o potencial da literatura em termos de abordagem de elementos da história social, os autores declaram:

Esses estudos afiguram-se, porém, de pouca valia enquanto partirem do princípio de que a literatura é simplesmente um espelho da vida [...]. Reconheceremos então que a mais imedia-

ta situação de uma obra de literatura é a sua tradição lingüística e literária, e esta tradição, por sua vez, é abrangida por um 'clima' cultural genérico. Apenas de modo muito menos direto poderá a literatura encontrar conexões com situações concretas – econômicas, políticas e sociais. [...] Há que reconhecer que a situação social parece determinar a possibilidade de realização de certos valores estéticos, mas não os próprios valores. (Wellek & Warren, s. d.: 125-8)

Está ausente desses manuais o interesse em abrir um capítulo dedicado às relações entre literatura e política. Em Wellek e Warren, a concepção teórica sustenta essa ausência. Elementos sociais não são considerados decisivos para a compreensão das obras literárias. A definição de experiência estética apresentada é inteiramente independente de condicionamentos sociais na produção e na recepção das obras. A idéia de uma "atenção amorosa" expressa uma relação necessariamente destituída de conflitos entre leitor e obra. Por sua vez, a defesa de que os valores estéticos não são determinados pela situação social afasta a reflexão sobre literatura da política. Para os autores, a situação em que uma obra se encontra deve ser compreendida em termos de sua "tradição lingüística e literária", com a qual cada obra estabelece relações textuais.

Fiel a essa concepção, Afrânio Coutinho escreve que o valor de uma obra reside "no seu aspecto estético-literário, que lhe é comunicado pelos elementos específicos, componentes de sua estrutura, e pela finalidade precisa de despertar no leitor o tipo especial de prazer, que é o sentimento estético" (Coutinho, 1976: 8). Segundo ele,

Através das obras literárias, tomamos contato com a vida, nas suas verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades da mesma condição humana. Ela tem existência própria, é ela e nada mais, e seu campo de ação e seus meios são as palavras e os ritmos usados por si

mesmos e não como veículos de valores extra-literários.  
(Coutinho, 1976: 10)

A posição de Afrânio Coutinho é contrária ao que ele chamou de “tirania sociológica” e “tirania política” (Coutinho, 1980: 34). Defendendo uma posição hostil à presença da crítica marxista no Brasil, o autor demarcou com clareza sua discordância das preocupações da crítica voltada a questões sociais e políticas, estando sempre a favor da leitura intrínseca (Coutinho, 1969: 52-3). Nos termos de Flora Sussekind, “para ele, o processo social se apresenta como fator eminentemente ‘externo’”. (Sussekind, 1993: 22). Ao avaliar em um estudo a herança de Silvio Romero na historiografia literária brasileira, Coutinho expõe que “a tradição naturalista da crítica sociológica prolongou-se por toda a primeira metade do século XX, produzindo ainda, depois do Modernismo, a vertente marxista, com Nelson Werneck Sodré” (Coutinho, 1986, v. IV: 61). Coutinho protesta que isso representaria a continuidade de problemas que afastariam o estudo da literatura da análise intrínseca e do respeito à sua autonomia.

É preciso dedicar atenção ao modo como Afrânio Coutinho formula sua proposição. Ele fala em “verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares”. Sua concepção de condição humana é sustentada por um idealismo que apresenta como igualitárias e homogêneas as condições de existência. Sem quaisquer restrições histórico-culturais, sem marcações de tempo e espaço, o ser humano desenhado por Coutinho é abstrato, e suas “verdades” ultrapassam os limites das contingências.

Essa posição idealista, após as recentes mudanças de paradigmas, é constrangedora. Sabemos que as condições de existência não são as mesmas para homens e para mulheres, para patrões e para empregados, para brancos e para negros, para heterossexuais e para homossexuais. Sabemos que sistemas repressivos funcionam na sociedade brasileira, marcando diferenças hierarquicamente e

estabelecendo normativas políticas e morais com função dominadora. Temos uma noção hoje de que a complexidade da sociedade brasileira está articulada com a sua diversidade interna e sua formação problemática.

As referências temporais também são fundamentais. Não é verdade que escravos do século XIX tenham a mesma experiência que profissionais liberais do século XX. Não é verdade que as condições de vida de indígenas no século XVI correspondam àquelas em que vivem os poucos grupos de indígenas no presente momento no país. Supor que existam “verdades eternas” capazes de expressar a experiência da condição humana em meio a todas essas diferenças culturais e históricas é mais do que idealismo. É um falseamento, ideologicamente conservador, dos mecanismos de opressão.

Em Hênio Tavares, encontramos a seguinte reflexão sobre a relação entre literatura e questões sociais.

Na verdade, todo homem tem compromisso com a vida [...]. O compromisso, em literatura, envolve essa atitude acima referida, como também temas universais que, diríamos, constantes: os sonhos do poeta, decepção, luta, constância, fidelidade, liberdade, felicidade, etc. Dentro de tais temas latejam os menores, que podem particularizar-se em ocasiões (portanto integrando-se no tempo) determinadas com visos de aparente peculiaridade. Exemplo: a escravatura da raça negra. O tema universal é a liberdade, e essa existirá sempre. O tratamento infame que se deu a uma raça, afrontosamente injusto e ostensivamente ignóbil, como no século XIX, é um tema contingencial e temporal que serviu de pano de fundo apenas para a configuração em arte de um intemporal e universal.

Historicamente, por exemplo, Castro Alves é tomado como o defensor de uma raça, sincronicamente da raça negra. Mas artisticamente, no plano verdadeiro da literatura, sinfronicamente, como uma das mais generosas e imortais vozes que já exaltaram a liberdade. (Tavares, 1978: 39)

A articulação dos argumentos é truncada, e a linguagem utilizada (com os termos “afrontosamente”, “sinfronicamente”, e a expressão “de um intemporal e universal”), caracteriza um discurso estilisticamente próximo de uma retórica de herança parnasiana. Este é um caso exemplar de recusa deliberada da aproximação entre investigação literária e conflitos sociais. Quando vai exemplificar o que sejam temas menores, Tavares escolhe nada menos do que a escravidão. É assustador avaliar essa classificação do ponto de vista dos oprimidos. O que haveria de menor no tema da escravidão? Na perspectiva de Renato Janine Ribeiro, por exemplo, ela consiste em um dos principais traumas constitutivos da formação social brasileira (Ribeiro, 1999). A escala de Tavares torna o tema da escravidão menor do que os temas considerados universais – “os sonhos do poeta, decepção, luta, constância, fidelidade, liberdade, felicidade”.

Em que mundo seria possível conceber que as condições de definição das possibilidades de liberdade e felicidade são as mesmas para um intelectual universitário e para um escravo do latifúndio brasileiro do século XIX? Que conceitos de liberdade e felicidade são esses, capazes de ignorar as enormes diferenças de qualidade de vida, oportunidades públicas e referências temporais? A enumeração por si só é patética – em que medida “sonhos de poeta” podem ser considerados, em si mesmos, um tema mais importante do que a escravidão? De que espécie de “luta” poderá estar se falando, quando se fala logo depois em “constância” e “fidelidade”? A estratégia de Tavares, comum a um segmento considerável da intelectualidade brasileira, é diluir os conflitos humanos a ponto de eles se tornarem irreconhecíveis, em sua generalidade e abstração.

Os adjetivos “infame”, “ignóbil” e “injusto” expressam indignação por parte do autor com relação à escravidão. No entanto, essa indignação é relativizada pela escala de valores apresentada. A palavra “apenas” sintetiza a trama histórica subjacente à reda-

ção do texto. A escravidão é um pano de fundo para a configuração do tema universal da liberdade. Castro Alves não tem seu valor articulado com seu contingencial ataque à escravidão, segundo Tavares; ele tem como valor representar “uma das mais generosas e imortais vozes que já exaltaram a liberdade”. Em plena ditadura militar, como deveria Hênio Tavares redigir um manual de Teoria Literária? Priorizando a importância dos conflitos sociais? A opção do autor está em valorizar o que considera serem experiências universais. Nisso está em completa sintonia com Afrânio Coutinho, que espera, como foi mencionado anteriormente, por “verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares, porque são as verdades da mesma condição humana”,

O livro de Tavares é extremamente confortável para o regime autoritário em que se constitui, pois torna a violência da escravidão um tema menor. Os temas universais propostos por Tavares são uma referência idealista, que abre mão da compreensão da experiência concreta. No fragmento intitulado “Literatura e compromisso”, no capítulo em que define Literatura em seu livro, Tavares nos leva a crer que a escravidão não é nem a motivação nem o horizonte de constituição de sentido para a recepção de Castro Alves, mas sim a liberdade, compreendida como universal, não como problema contingente. Para usar os termos de Walter Benjamin, “os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (Benjamin, 1985: 224-5). Na perspectiva de Tavares, nossos escravos mortos pelo sistema latifundiário são lançados ao estatuto de mera contingência, enquanto no campo idealista dos valores universais os leitores podem desfrutar do prazer estético singelo de ler um belo poema. Trata-se de ausência de ética, de indiferença com relação à dor e ao trauma coletivo, e de reforço da tranquilidade dos omissos, que permanecem com sua indiferença irresponsável legitimada pela autoridade atribuída ao culto autor Hênio Tavares.

Os estudantes que se formam em cursos de graduação e pós-graduação hoje no Brasil tendo como referenciais livros como os de Aguiar e Silva, Wellek e Warren, Coutinho e Tavares, se estiverem sendo conduzidos a assimilar passivamente as orientações apresentadas, estão com muita probabilidade de criarem uma perspectiva muito restrita com relação à abrangência da área de conhecimento delimitada como Teoria da Literatura. O risco não se reduz ao problema da limitação na superficialidade a que leva o estudo centrado na descrição e na classificação. Ele se estende à distorção e ao falseamento, resultantes do afastamento da investigação das condições de produção e recepção das obras. Tomar uma obra em “atenção amorosa a qualidades e a estruturas qualitativas” pode significar afastar dela o que pode fomentar em termos de reflexão sobre conflitos humanos. Vê-la apenas como portadora de “temas universais” leva a desconsiderar o contexto em que é produzida e as condições em que se realiza concretamente sua recepção, generalizando abstratamente suas propriedades semânticas. Examinar a obra literária procurando “verdades eternas, comuns a todos os homens e lugares” supõe desconsiderar as diferenças, repressões e conflitos de perspectivas com que convivem as sociedades. O idealismo dos manuais de teoria da literatura centrados na leitura imamente afasta texto de contexto, literatura de mundo.

Ao propor um estudo com base nesses manuais, um professor deixa de levar em conta idéias, originárias de diversas correntes, importantes para os estudos literários brasileiros contemporâneos. Entre elas, além das anteriormente mencionadas extraídas de trabalhos de Roberto Reis, Bobby Chamberlain e Eduardo Coutinho, referentes à revisão dos valores que sustentam o cânone, cabe citar, por exemplo:

- o papel fundamental da literatura na constituição de valores humanistas e no fomento aos direitos humanos, claramente exposto por Antonio Candido (Candido, 1995);

- a função do profissional de Letras nas mudanças sociais, analisada com precisão por Rita Terezinha Schmidt (Schmidt, 1997);
- as relações entre o signo lingüístico, a circulação de ideologias e os conflitos sociais, compreendidas a partir da teoria de Bakhtin (Bakhtin, 1986);
- as implicações das enormes variações históricas e sociais de condições de recepção para a compreensão dos valores estéticos (conforme Lajolo e Zilberman, 1996);
- a impossibilidade de sustentar a defesa de valores estéticos imanentes na sociedade capitalista de mercado, sobretudo após a experiência da desumanização das grandes guerras, estudada pela Escola de Frankfurt (conforme Marcuse, 2001);
- a afinidade entre problemas estéticos e problemas de formação social no Brasil, chave interpretativa fundamental para compreensão das peculiaridades do sistema de produção cultural no Brasil (conforme Naves, 1996).

Os manuais examinados não estão interessados em discutir assuntos que articulem condições concretas da experiência humana, conflitos ideológicos, compromissos coletivos e investigação literária. Temos ainda em bibliotecas e em muitos programas de graduação e pós-graduação referenciais bibliográficos que, por meio do idealismo, afastam intencionalmente o estudante de Teoria da Literatura da reflexão consciente sobre as bases concretas que sustentam a constituição de conceitos e valores.

De acordo com Rita Terezinha Schmidt,

É pelo exercício do pensamento crítico que podemos realizar o corte diferencial em relação ao que aí está, pois permite o resgate das nossas energias de rebeldia e resistência não só à violência do mundo empírico mas à violência simbólica dos códigos lingüísticos, teóricos e ideológicos que o constituem



e que induzem ao obscurecimento da nossa capacidade de distinguir o autêntico do inautêntico, o valor do desvalor. [...] O interesse é constitutivo do conhecimento. Isso porque os interesses dos que produzem conhecimento – os indivíduos, as comunidades científicas, os pensadores da cultura – determinam a forma do conhecimento. Poderíamos então dizer que não há conhecimento desinteressado. (Schmidt, 1997: 142-3)

Seguindo a orientação da autora, é necessário fazer uma interpretação, pautada pelo pensamento crítico, de toda a bibliografia que utilizamos para a investigação literária. As escolhas bibliográficas estão articuladas com nossos interesses. A leitura atenta de livros como *Notas de teoria literária* de Afrânio Coutinho e *Teoria literária* de Hênio Tavares permite apontar para alguns problemas importantes. Se o conhecimento literário estivesse restrito a livros como esses, o caminho da investigação estaria restrito a uma concepção idealista, centrada na descrição, na classificação, na generalização e nos chamados “valores universais”. Não faria diferença, no caso, se a nosso redor estivesse um governo ditatorial ou não, se fosse legitimada a escravidão ou não; para usar termos de George Steiner,

sabemos que a excelência formal e a extensão quantitativa da educação não se relacionam necessariamente a um aumento de estabilidade social e de racionalidade política. [...] as bibliotecas, museus, teatros, universidades e centros de pesquisa, nos quais, e mediante os quais, transmite-se a maior parte das humanidades e das ciências, podem prosperar ao lado dos campos de concentração. (Steiner, 1991: 87)

Um ensino universitário de literatura centrado em idéias como as de *Notas de teoria literária* pode ser extremamente bem-sucedido em termos formais e quantitativos. Séries de dissertações e teses podem ser produzidas todos os anos sob enfoques similares, dando a sóbria impressão, de herança positivista, de um progresso

indiscutível da ciência. No entanto, trabalhos que se reduzem à descrição e à classificação, prendendo-se a uma concepção idealista de conhecimento, permanecem omissos perante a presença da barbárie à sua volta. Essa omissão, sob o olhar da crítica ideológica, é uma estratégia conservadora das estruturas de poder. Quem adota conscientemente essa omissão sente conforto dentro dessas estruturas.

De acordo com Schmidt, e em perspectiva habermasiana, se entendemos que não existe conhecimento desinteressado, necessariamente temos de indagar a que interesses serve esse mecanismo de conservação estrategicamente constituído. Noutras palavras, indagar quem se beneficia da apresentação dos esquemas descritivos e classificatórios como suficientes para criação de competências de leitura. Indagar quem faz com que permaneçam nos cursos de Teoria da Literatura manuais como esses ou textos de funções similares, deliberadamente deixando de lado as discussões contemporâneas de política cultural e critérios de valor.

Enquanto segmentos da comunidade acadêmica sustentam os valores conservadores, é importante incentivar o desenvolvimento de novas orientações teórico-metodológicas nas disciplinas de introdução aos estudos literários. As articulações entre Letras e Ciências Humanas, a consciência crítica e ética referente à responsabilidade da produção, transmissão e circulação do conhecimento, e a compreensão dos antagonismos sociais fazem parte das necessidades a serem contempladas nesse caminho de mudanças. Como área de conhecimento de interesse público, a Teoria da Literatura deve ter sua função social discutida constantemente.

A prioridade consiste em renovar o debate sobre a motivação e os critérios de legitimidade da investigação literária. É comum encontrar professores de literatura, em diferentes níveis de ensino, que propõem descrever e classificar como capacidades suficientes para a criação de competência na área. Exames vestibulares frequentemente contribuem para consolidar essa forma de percepção

da área. Tanto no ensino médio como no nível superior, é comum perceber exercícios em manuais didáticos e instrumentos de avaliação em que o objetivo último da investigação é a descrição formal, a classificação de gênero ou de período. Cobramos dos alunos que saibam que Gonçalves Dias é um poeta romântico, não árcade. Muitas vezes, é como se isso bastasse.

O trabalho propriamente interpretativo, com a atribuição de sentido a partir de um questionamento conscientemente formulado, a reflexão que articula texto e contexto, e as perspectivas interdisciplinares são freqüentemente reduzidas ou dispensadas. Não há possibilidade de desenvolver pensamento crítico restringindo o saber literário à descrição e à classificação. O trabalho interpretativo exige uma consciência crítica elaborada, por parte do sujeito investigador, a respeito de seus interesses e seus critérios de valor. Sem essa consciência crítica, valores não são discutidos, apenas reproduzidos, e com isso conservados.

Como José Luis Jobim, entendemos que “nossa visão sobre a literatura não pode deixar de ser uma configuração enraizada em nossa própria autoconsciência social” (Jobim, 1990: 45). Centrando o foco por um momento na figura do estudante de primeiro ano de curso de Letras no Brasil, é preciso compreender que esse aluno, nos primeiros contatos que tiver com a investigação literária, criará uma imagem, ainda que inicial, do que seja a área de estudos literários, de como se faz pesquisa séria nessa área, como se constituem seus conceitos, e como são conduzidos seus debates. Em hipótese, se o estudante passar seu curso sem saber o que Candido ensinou sobre literatura e direitos humanos, e se acreditar que nos livros *Notas de teoria literária* de Afrânio Coutinho e *Teoria literária* de Hênio Tavares está exposta a verdade absoluta sobre a área, as chances de esse estudante vir a reproduzir descrições e classificações inócuas e sustentar uma indiferença com relação aos conflitos da realidade social são sérias. Ele estará mergulhado na ilusão de que está construindo ciência para o progresso. A violência do mun-

do empírico provavelmente será, para ele, como a escravidão para Tavares, um tema menor.

**ABSTRACT:** *Some books used in Literary Theory studies, including Afrânio Coutinho's and Hênio Tavares's works, are very conservative. They were written in dictatorial times, and are useful to the system. It is necessary to overcome the idealism, presented in these books, responsible for its conservative values, and try to develop a critical point of view, by different strategies.*

**KEYWORDS:** *Literary theory; ideology; teaching.*

## BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T. Crítica cultural e sociedade. In: \_\_\_\_\_. (1996) *Prismas*. São Paulo: Ática.
- AGUIAR E SILVA, V. M. (1986) *Teoria da literatura*. 7. ed. Coimbra: Almedina.
- BAKHTIN, M. (1986) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: \_\_\_\_\_. (1985) *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: \_\_\_\_\_. (1995) *Vários escritos*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades.
- CHAMBERLAIN, B. (1993) Of charters, paradigms and spawning fish: a look at Brazilian literary periodization and canon-formation. *Brasil/Brazil*, Porto Alegre, PUC-RS, Mercado Aberto/Brown University, ano 6, n. 10.
- COUTINHO, A. A crítica naturalista e positivista. In: \_\_\_\_\_. (Org.). (1986) *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, Niterói: UFF. v. IV.
- \_\_\_\_\_. (1969) *Crítica & críticos*. Rio de Janeiro: Simões.
- \_\_\_\_\_. (1980) *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. (1976) *Notas de teoria literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- COUTINHO, E. (1996) Literatura comparada, literaturas nacionais e o questionamento do cânone. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, Rio de Janeiro, Abralic, n. 3.
- HABERMAS, J. Conhecimento e interesse. In: \_\_\_\_\_. et al. (1983) *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural. (Col. Os Pensadores).
- HEGEL. (1980) *Estética*. Lisboa: Guimaraes.
- HESSEN, J. (1980) *Teoria do conhecimento*. 7. ed. Coimbra: Arménio Amado.
- JOBIM, J. L. (1990) O ensino de teoria da literatura na graduação em letras. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, UFF, n. 1.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. (1996) *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática.
- MARCUSE, H. (2001) A sociedade como obra de arte. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 60, jul.
- NAVES, R. (1996) *A forma difícil*. São Paulo: Ática.
- REIS, R. Cânon. In: JOBIM, J. L. (Org.). (1992) *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago.
- RIBEIRO, R. J. A dor e a injustiça. In: COSTA, J. F. (1999) *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- SCHMIDT, R. T. (1997) O papel do profissional de Letras: compromisso com a realidade. *Cadernos do Instituto de Letras*, Porto Alegre, UFRGS, n. 18, dez. 1997.
- SOUZA, R. A. (1987) *Formação da teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, EDUFF.
- STEINER, G. (1991) *No castelo de Barba Azul*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SUSSEKIND, F. Rodapés, tratados e ensaios. A formação da crítica brasileira moderna. In: \_\_\_\_\_. (1993) *Papéis colados*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- TAVARES, H. (1978) *Teoria literária*. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia.
- WELLEK, R.; WARREN, A. (s. d.) *Teoria da literatura*. 4. ed. Lisboa: Europa-América.